

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

176 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 04/09 a 08/09/2023

1. INTEGRIDADE E TRANSPARÊNCIA NO PE	1
2. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE	2
ITRE e CULT	2
CULT	2
ITRE	2
AFET/SEDE	3
3. REGULAMENTO SOBRE MERCADO DIGITAL - GATEKEEPERS	3
4. COMISSÃO EUROPEIA	4
Digitalização da Segurança Social	4
Cartão Europeu de Deficiência	4
5. PROPOSTA DE REVISÃO DO TRATADOS - PE	4
6. RELAÇÕES UE - REINO UNIDO	5
7. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EUROPEIA - MARGRETHE VESTAGER	5
8. BRUEGEL	6
9. ELEIÇÕES EUROPEIAS 2024 - WEBSITE	6
10. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	6
Reunião informal dos ministros da Agricultura	6
Reunião informal dos ministros responsáveis pelo Desenvolvimento	6
11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	6
Parlamento Europeu	6
Comissão Europeia	7
Conselho da União Europeia	7

1. INTEGRIDADE E TRANSPARÊNCIA NO PE¹

Temos dado nota, em sínteses anteriores (cfr. Sínteses n.º [148](#) e [173](#)) dos trabalhos do Parlamento Europeu (PE) para uma reforma das regras de ética e transparência, nomeadamente a implementação do plano de 14 pontos apresentado pela Presidente do PE, Roberta Metsola, intitulado *Reforço da integridade, independência e responsabilidade - primeiros passos*.

Neste sentido, foi aprovado esta semana na Comissão de Assuntos Constitucionais (AFCD) o **relatório sobre as alterações ao regimento do PE** (15 votos a favor, 10 contra e uma abstenção), e que propõe o reforço da proibição de todas as actividades dos deputados que constituam lóbi, independentemente de serem ou não exercidas como profissão. O PE vai ainda propor o reforço das regras relativas às sanções, incluindo a duplicação da perda máxima do subsídio de um deputado para 60 dias e a publicação das decisões em linha durante mais tempo. O detalhe está disponível [aqui](#) e salientamos as seguintes medidas:

- **Publicação de reuniões e declarações de participação:** todas as reuniões dos deputados europeus (ou dos seus assistentes, se agirem em seu nome) com representantes de interesses ou autoridades públicas de países terceiros devem ser publicadas em linha. Estão previstas disposições especiais para as reuniões em que existam razões imperiosas de confidencialidade. Os relatores devem igualmente indicar, em anexo ao seu relatório ou parecer, as pessoas que contribuíram para o seu trabalho.

Além disso, os deputados ao Parlamento Europeu não poderão contactar com antigos deputados cujo mandato tenha terminado há menos de 6 meses, de forma a poderem influenciar a política ou a legislação.

- **Conflitos de interesses:** é clarificada a definição existente de conflitos de interesses, abrangendo também a família, a vida afetiva, o interesse económico ou qualquer outro interesse privado de um deputado. Os deputados devem também "envidar todos os esforços razoáveis" para detetar conflitos e tentar resolvê-los. Se tal não for possível, será publicada uma declaração do deputado a afirmar o facto.

Antes de assumir um cargo eletivo (por exemplo, vice-presidente ou presidente de uma comissão), o deputado deve apresentar uma declaração e caberá ao respetivo órgão decidir se essa declaração impede o deputado de exercer o seu mandato no interesse público.

- **Declarações de interesses privados, ativos e presentes:** os limiares serão reduzidos de modo a que os deputados ao Parlamento Europeu tenham de declarar todas as actividades remuneradas, "regulares" ou "ocasionais", se o seu rendimento global lateral exceder 5.000 euros por ano. Continuarão a ter de declarar quaisquer interesses diretos ou indiretos e a participação em conselhos de administração ou comissões. Está ainda contemplada a obrigação de declarar o ativo e o passivo no início e no fim de cada mandato, acessível às autoridades. Finalmente, os deputados não poderão receber quaisquer presentes a título pessoal se o seu valor for superior a 150 euros, e quaisquer presentes acima desse valor que recebam enquanto representam o Parlamento devem ser entregues ao Presidente. A participação de um deputado em qualquer evento em que os seus custos sejam pagos por terceiros terá de ser declarada.
- **Reforma do Comité Consultivo:** será reforçado para controlar o cumprimento do Código de Conduta de forma proativa ou quando é assinalada uma alegada violação. As suas recomendações podem incluir sanções a impor pelo Presidente. Em caso de incumprimento sistemático, grave ou repetido das obrigações de divulgação, o Presidente consultará o Comité Consultivo. A sua composição será revista de modo a incluir oito membros: cinco deputados europeus nomeados pelo Presidente com base na experiência e no equilíbrio político/género, mais três peritos externos com integridade pessoal e experiência em ética profissional, sem direito de voto.

¹ Fonte: Serviço de Imprensa do PE.

- **Grupos não oficiais:** haverá nova regulamentação para os grupos não oficiais (e.g. de amizade) e os intergrupos, introduzindo um registo público das declarações de apoio "em dinheiro ou em espécie", a proibição da utilização do nome e do logótipo do Parlamento e a proibição de utilizar as instalações do Parlamento em caso de violação das regras.

Este projeto de relatório deverá ser votado durante a sessão plenária de 11 a 14 de setembro, em Estrasburgo.

2. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE

ITRE e CULT

A [Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia e a Comissão da Cultura e da Educação questionaram Iliana Ivanova, comissária indigitada para a Inovação, a Investigação, a Cultura, a Educação e a Juventude](#), numa audição que teve lugar esta semana e na qual a comissária indigitada apresentou as suas prioridades para investir na investigação e inovação na UE, impulsionar as competências, promover a cultura e a juventude, destacando o programa Horizonte Europa como a ferramenta para assegurar que a UE se posiciona nestas áreas a nível global e atrai mais recursos, parcerias e acesso a fundos por parte das PME. Para tal, considerou essencial investir mais na diversidade de talentos, competências e educação e referiu-se ao desporto como uma importante ferramenta de coesão da UE, dos valores europeus e da saúde mental para os jovens.

As questões dos deputados focaram-se nas possíveis melhorias do Horizonte Europa, o seu orçamento, eficiência e transparência, adaptação a novos desafios sem prejudicar as prioridades existentes, assim como o apoio aos Estados-Membros para melhor alcançar os resultados previstos no programa. Foram ainda colocadas questões sobre melhorias na igualdade de género, especialmente no desporto, liberdade académica, os cortes no orçamento do programa Europa Criativa, planos para reter jovens talentos na Europa e para combater o racismo e a xenofobia.

CULT

A Comissão da Cultura e da Educação adotou ainda a sua [posição relativamente ao Regulamento Liberdade dos Meios de Comunicação Social](#), procurando assegurar que as novas regras obrigam os Estados-Membros a assegurar a pluralidade e proteger a independência dos media dos interesses governamentais, políticos, económicos e privados. As alterações introduzidas à proposta prevêem que os requisitos de transparência se apliquem a todos os conteúdos dos media e não apenas a notícias e assuntos da atualidade, conforme proposto pela Comissão. Os deputados propuseram assim banir explicitamente todas as formas de pressão sobre os media, garantir que os jornalistas não são espiados ou forçados a revelar as suas fontes, transparência quanto à propriedade dos meios de comunicação social e não apenas quanto aos serviços noticiosos e o estabelecimento de um mecanismo para prevenir as decisões arbitrárias das grandes plataformas em linha.

ITRE

A Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia adotou a sua posição quanto ao ato que introduz [novas medidas para melhor proteger o mercado de energia da UE](#), tornando os custos de energia dos agregados e empresas mais seguros relativamente a possíveis flutuações dos preços do mercado a curto prazo. Prevê-se assim um melhor alinhamento das regras de transparência dos mercados financeiros da UE, novas práticas comerciais e reforço da proteção dos consumidores contra os abusos do mercado.

A Comissão adotou também a sua posição quanto à iniciativa relativa às [matérias-primas críticas](#), que permitirá reduzir a burocracia, promover a inovação ao longo da cadeia de valores, apoiar as PME e impulsionar a investigação e desenvolvimento de matérias alternativas e mais amigas do ambiente, assim como novos métodos

de produção. O relatório da Comissão do PE destaca a importância de assegurar parcerias estratégicas entre a UE e países terceiros neste âmbito, por forma a diversificar a oferta na UE.

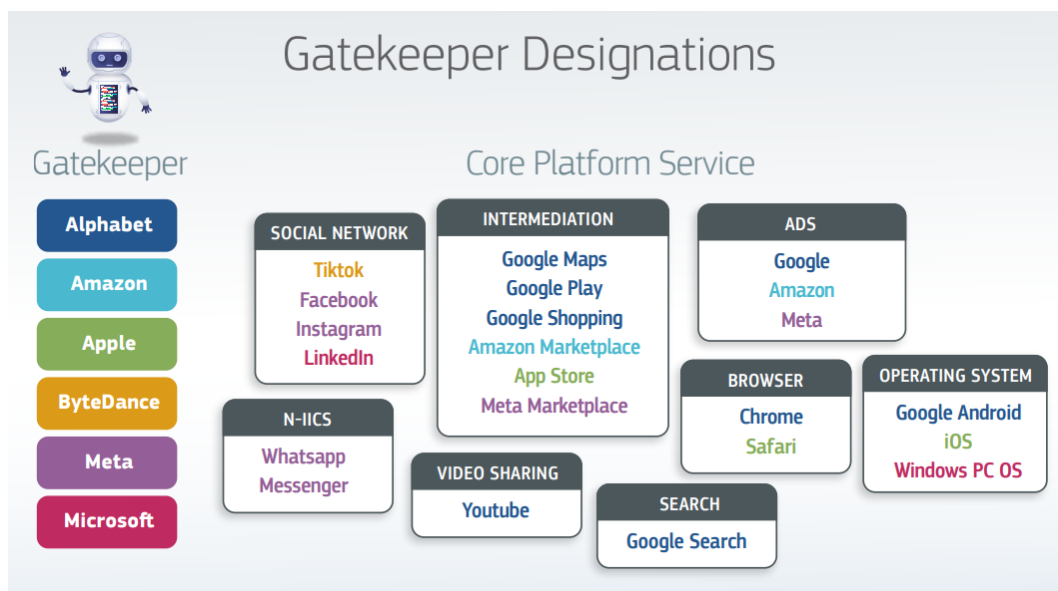
AFET/SEDE

A Comissão de Assuntos Externos e a Subcomissão de Segurança e Defesa debateram com o [Secretário-Geral da NATO, Jens Stoltenberg, os últimos desenvolvimentos relativos à segurança europeia e à cooperação UE-NATO](#). O SG considerou que a cooperação tem sido reforçada em áreas como o espaço, militar, mobilidade, infra-estruturas críticas, ciberespaço e relativamente aos países dos Balcãs. Referiu que os países da UE e aliados continuam a cooperar no que diz respeito à situação na Ucrânia, tanto a nível político como programático, reiterando a importância da sua manutenção. Por fim, congratulou os esforços da UE na produção de mais munições e mostrou-se otimista face à possibilidade de os aliados poderem em breve cumprir com o seu compromisso de consignar 2% do PIB à área da defesa, sendo que 11 aliados cumprem já com este limite e a restante maioria tem intenção de o fazer nos próximos anos.

3. REGULAMENTO SOBRE MERCADO DIGITAL - GATEKEEPERS

No âmbito do [Regulamento Mercados Digitais](#), a Comissão Europeia [designou esta semana](#) os **seis primeiros controladores de acesso (gatekeepers)** - Alphabet, Amazon, Apple, ByteDance, Meta, Microsoft - que terão agora seis meses para assegurar que os seus serviços essenciais de plataforma designados cumprem plenamente as obrigações estabelecidas no Regulamento Mercados Digitais.

Ao abrigo deste Regulamento, a Comissão Europeia pode designar plataformas digitais como «controladores de acesso» caso os respetivos serviços sejam portas de acesso importantes para as empresas chegarem aos consumidores. Os serviços essenciais de plataforma específicos elencados são (imagem da Comissão):



Este Regulamento sobre os Mercados Digitais visa impedir que os controladores de acesso imponham condições injustas às empresas e aos utilizadores finais, bem como garantir o carácter aberto de serviços digitais importantes. Presume-se que as empresas que prestam pelo menos um dos dez serviços essenciais de plataforma enumerados no Regulamento Mercados Digitais são controladores de acesso se preencherem os seguintes critérios: serviços de intermediação em linha, como lojas de aplicações, motores de pesquisa em linha, serviços de redes sociais, determinados serviços de mensagens, serviços de plataformas de partilha de vídeos, assistentes

virtuais, navegadores *web*, serviços de computação em nuvem, sistemas operativos, mercados em linha e serviços de publicidade.

4. COMISSÃO EUROPEIA

Digitalização da Segurança Social

A Comissão Europeia apresentou uma [comunicação sobre as medidas concretas para prosseguir com a digitalização da coordenação dos sistemas de segurança social da Europa](#), definindo as ações para tornar mais rápido e mais simples o acesso além-fronteiras aos serviços de segurança social, reduzindo encargos administrativos para cidadãos e empresas.

Os [principais objetivos](#) prendem-se com a melhoria do intercâmbio de informações entre as instituições nacionais de segurança social, a aceleração do reconhecimento de direitos e a concessão de prestações noutros países, encontrando-se as principais dificuldades ainda no fluxo de informação transfronteiriça e acesso e partilha de dados pela insuficiente interoperabilidade entre os sistemas nacionais.

A Comissão insta assim os Estados-Membros a (1) acelerar a implantação nacional do Intercâmbio Eletrónico de Informações de Segurança Social ([EESSI](#)); (2) oferecer mais procedimentos de coordenação da segurança social integralmente em linha; (3) participar empenhadamente nas atividades-piloto do Passaporte Europeu de Segurança Social ([ESSPASS](#)); (4) procurar introduzir carteiras de identidade digital da UE ([EUDI](#)).

A secção de [perguntas e respostas](#) sobre o tema encontra-se disponível.

Cartão Europeu de Deficiência

A Comissão apresentou também uma [proposta legislativa](#) para [introdução de um cartão europeu de deficiência](#) normalizado, por forma a facilitar o exercício do direito de livre circulação pelas pessoas com deficiência, procurando garantir que estas possam aceder, de forma igual, a condições especiais e tratamento preferencial, incluindo direito de estacionamento, quando visitam outro Estado-Membro (perguntas e respostas sobre o tema disponíveis [aqui](#)).

O cartão em causa servirá de prova reconhecida de deficiência em toda a UE, será emitido pelas autoridades nacionais competentes e complementar aos cartões ou certificados nacionais existentes. A proposta prevê ainda melhorar o atual cartão europeu de estacionamento, dando-lhe um formato obrigatório que substituirá os cartões nacionais. Procurando reduzir os encargos administrativos, a diretiva exigirá aos Estados-Membros que disponibilizem os cartões em versões física e digital, publiquem as condições e regras de emissão, permitam o levantamento num formato acessível e garantam que os prestadores de serviços divulguem informações sobre as condições especiais e tratamento preferencial das pessoas com deficiência em formato também acessível.

5. PROPOSTA DE REVISÃO DO TRATADOS - PE

Será apresentado, na próxima semana, o projeto de relatório sobre as propostas do Parlamento Europeu para a alteração dos Tratados, que tem vindo a ser preparado pela Comissão dos Assuntos Constitucionais e que tem como relatores os Deputados Guy Verhofstadt (Renew), Sven Simon (PPE), Gabriele Bischoff (S&D), Daniel Freund (Verdes) e Helmut Scholz (A Esquerda).

Esta iniciativa do PE surge no seguimento do [relatório final](#) sobre os resultados da Conferência sobre o Futuro da Europa e da sua [resolução sobre os resultados da Conferência sobre o Futuro da Europa](#), adotada em 4 de

maio, onde o Parlamento Europeu acolheu favoravelmente e aprovou as conclusões da Conferência. Os deputados reconheceram que [as propostas exigem alterações nos Tratados](#) e solicitaram à Comissão dos Assuntos Constitucionais que preparasse propostas de reforma dos Tratados da UE, um processo que teria lugar através de uma Convenção em conformidade com o [artigo 48.º do Tratado da União Europeia](#). Em junho de 2022, o PE adotou nova [resolução](#) em que insta os Chefes de Estado e de Governo a criarem uma Convenção para revisão dos Tratados.

Este projeto de relatório, com cerca de 120 páginas, apresenta essas propostas de alteração aos Tratados em forma de articulado e será debatido ao longo dos próximos meses, sendo que o PE solicita ao Conselho que apresente imediatamente e sem deliberação ao Conselho Europeu as propostas constantes deste projeto de relatório, uma vez aprovadas em Plenário sob forma de resolução, de modo a que possa convocar uma Convenção em conformidade com o processo de revisão ordinário previsto nos n.ºs 2 a 5 do artigo 48º.

6. RELAÇÕES UE - REINO UNIDO

A Comissão Europeia e o Reino Unido chegaram a um [acordo político](#) sobre a participação deste último no Horizonte Europa, o programa de inovação e investigação, Copernicus e o programa de observação da Terra, tendo a Presidente da Comissão Europeia afirmado que «*A UE e o Reino Unido são parceiros estratégicos e aliados e este acordo é disso prova (...)*». Este acordo respeita na íntegra o previsto no Acordo de Comércio e Cooperação UE-RU, requerendo que o Reino Unido contribua financeiramente para o orçamento da UE, estimando-se que esta contribuição possa ser quase de 2.6 mil milhões por ano para a participação no Horizonte Europa e componente Copernicus do programa espacial.

Deste modo, a partir de 1 de janeiro de 2024, os investigadores do Reino Unido poderão participar no Horizonte Europa com a suas contra partes dos Estados-Membros da UE e ter acesso ao financiamento do programa, reforçando a oportunidade de fazer parte de uma rede global de investigadores e inovadores que procuram soluções para os desafios prementes como o clima, energia, mobilidade, digital, indústria, espaço e saúde. Já a participação no Copernicus permitirá ao Reino Unido contribuir para um programa especial importante do ponto de vista estratégico.

Pode ler-se na declaração conjunta UE-RU sobre o tema que «*o acordo (...) marca mais um passo em frente para o trabalho conjunto entre a UE e o Reino Unido no espírito da cooperação amigável em assuntos de interesse comum.*».

Este acordo terá agora que ser aprovado pelo Conselho, antes de ser formalmente adotado.

A secção de perguntas e respostas encontra-se disponível [aqui](#).

7. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EUROPEIA - MARGRETHE VESTAGER

Temos vindo a dar nota em síntese anteriores (cfr. Síntese n.º [175](#)) das recentes alterações na composição da Comissão Europeia. Esta semana, [a Vice-Presidente Executiva Margrethe Vestager informou a Presidente von der Leyen sobre a sua nomeação como candidata oficial do governo dinamarquês para a posição de Presidente da Comissão de Gestão do Banco Europeu de Investimento \(BEI\)](#), solicitando uma licença sem vencimento durante o período de campanha. Esta licença foi concedida pela Presidente, recordando, contudo, que as normas previstas nos Tratados e no Código de Conduta dos Membros da Comissão Europeia continuam a aplicar-se. A Presidente decidiu ainda designar como coordenadora responsável pela iniciativa *Uma Europa preparada para a era digital* a Vice-Presidente Věra Jourová e, pela parte relativa à Concorrência, o Comissário Didier Reynders. Temporariamente, o portfólio relativo à responsabilidade na Inovação e Investigação será entregue ao Comissário Schinas, até que um novo Membro da Comissão seja nomeado para substituir a ex-Deputada Marija Gabriel.

O *Politico* apresenta [aqui](#) uma análise da candidatura de Vestager ao BEI.

8. BRUEGEL

Como demos nota na passada síntese, teve lugar, nos dias 6 e 7 de setembro, o prestigiado evento [Bruegel Annual Meeting](#), cujo programa integral está disponível [aqui](#). As várias intervenções feitas nos painéis podem ser visualizadas [aqui](#), sendo que destacamos os debates sobre as prioridades da Presidência espanhola do Conselho da UE, sobre a revisão da governação macroeconómica na UE, sobre a inteligência artificial ou sobre a guerra na Ucrânia, os reequilíbrios geopolíticos globais e o alargamento da UE.

9. ELEIÇÕES EUROPEIAS 2024 - WEBSITE

O sítio internet para as eleições ao Parlamento Europeu, que terão lugar entre 6 e 9 de junho de 2024, foi disponibilizado esta semana e pode ser consultado aqui: <https://elections.europa.eu/pt/>

Está igualmente disponível um conjunto de informações práticas para jornalistas, parceiros e partes interessadas, bem como um resumo dos principais tópicos abordados ao longo da presente legislatura, aqui: <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/press-room/press-tool-kit>.

10. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Reunião informal dos ministros da Agricultura

Os ministros reuniram-se para debater o papel das [novas tecnologias como uma ferramenta para tornar a agricultura mais resiliente](#) às alterações climáticas, procurando perceber como colmatar o crescimento global da insegurança alimentar causada não só por estas alterações mas também pela crise económica e conflitos. Estes desafios, consideraram os ministros, prejudicam o objetivo relativo à erradicação da fome e subnutrição, incluído na Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável 2030.

Reunião informal dos ministros responsáveis pelo Desenvolvimento

A [reunião](#) focou-se principalmente no impulso à Agenda 2030 antes da próxima cimeira SDG, na importância da dimensão social nas transições ecológica e digital e na reforma da arquitetura financeira global no contexto das crises em vários países do sul.

11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana terá lugar a sessão plenária do Parlamento Europeu em Estrasburgo, com destaque para:

- [Estado da União 2023](#) - sobre esta matéria, sugere-se o *briefing* do think-tank do PE com o ponto de situação das seis prioridades políticas da Comissão Europeia para a presente legislatura, [aqui](#);
- [Impulso à utilização de energias renováveis](#);
- [Aprovisionamento e autonomia da UE em matérias-primas críticas](#);
- [Aquisição conjunta de produtos de defesa](#);
- [Violência e discriminação no desporto](#).

Destaca-se ainda o [discurso da líder da oposição bielorrussa](#) no exílio, Sviatlana Tsikhanouskaya, durante a sessão plenária.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar no dia [12 de setembro](#), com destaque para o *pacote de alívio às PME - revisão da diretiva de pagamentos em atraso* e para *Empresas na Europa: Quadro para a Tributação de Rendimentos (BEFIT)*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 15.09: [Eurogrupo](#); [Reunião informal dos ministros da Economia e das Finanças](#)

Bruxelas | 8 de setembro de 2023

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).